



Candidatura à Federação Distrital
do Partido Socialista de Portalegre

TIAGO TEOTÓNIO PEREIRA

**NOVO
IMPULSO**

**Servir o
Alto Alentejo**

**MOÇÃO DE
ORIENTAÇÃO
POLÍTICA**





MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Alto Alentejo vive um momento decisivo. Os desafios que enfrentamos exigem uma nova energia, uma nova ambição e uma nova forma de fazer política: mais próxima das pessoas, mais aberta ao diálogo e mais determinada na construção de soluções.

É com esse compromisso que apresentamos a moção **"Novo Impulso - Servir o Alto Alentejo"**.

Esta candidatura nasce da convicção de que a Federação Distrital de Portalegre do Partido Socialista deve voltar a ser um espaço de mobilização, participação e liderança política, capaz de unir os militantes, envolver a sociedade civil e afirmar uma visão de futuro para o nosso território.

Acreditamos que chegou o momento de dar um novo impulso ao Partido e ao distrito. Um impulso que valorize o trabalho coletivo, promova a renovação, fortaleça a proximidade com as concelhias e com os eleitos socialistas e reforce a capacidade de influência da Federação na definição das políticas públicas para o Alto Alentejo.

Queremos afirmar uma Federação agregadora, onde todas as sensibilidades tenham espaço para participar e contribuir, colocando sempre o interesse do Alto Alentejo e dos seus cidadãos acima de qualquer outro.

Assumimos este desafio com uma equipa plural, experiente e renovada, que reúne diferentes percursos profissionais, políticos e associativos. Uma equipa que acredita que a diversidade é uma força e que o trabalho em conjunto produz melhores soluções.

Queremos trazer novas ideias para o distrito, ouvir quem vive e trabalha no território, envolver os jovens, as instituições, as empresas, as associações e todos os que desejam contribuir para o desenvolvimento do Alto Alentejo. Pretendemos que esta moção seja o ponto de partida para um processo permanente de reflexão, inovação e construção de propostas- **UMA AGENDA PARA A DÉCADA PARA O ALTO ALENTEJO.**

Servir o Alto Alentejo é mais do que um lema. É um compromisso. Um compromisso com os militantes do Partido Socialista, com os autarcas, com os nossos representantes institucionais e, sobretudo, com a População.

É tempo de renovar a confiança, reforçar a união e construir, juntos, um Novo Impulso para o Alto Alentejo.



Tiago Teotónio Pereira

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	1
-------------------------------------	----------

CINCO IDEIAS NOVAS PARA O ALTO ALENTEJO	4
--	----------

Eixos temáticos:

I. Novo Impulso Político	6
--------------------------------	---

II. Novo Impulso Económico	10
----------------------------------	----

III. Novo Impulso Verde.....	18
------------------------------	----

IV. Novo Impulso Social	29
-------------------------------	----

V. Novo Impulso Territorial.....	40
----------------------------------	----

Operacionalização:

Compromissos para os Primeiros 100 dias de Mandato.....	50
---	----

CINCO IDEIAS NOVAS PARA O ALTO ALENTEJO

O Alto Alentejo precisa de uma nova ambição. Uma ambição capaz de responder aos desafios do presente, mas, sobretudo, de preparar o futuro com visão estratégica, capacidade de inovação e determinação política. O Partido Socialista acredita que este território reúne condições únicas para afirmar um novo ciclo de desenvolvimento, assente nas suas pessoas, nos seus recursos e na sua posição estratégica. É com esta convicção que apresentamos cinco novas ideias para o Alto Alentejo: **cinco compromissos estruturantes que traduzem uma visão de futuro** para o distrito e servirão de fio condutor à ação política ao longo do mandato.

Saúde

Um programa inovador de prevenção e rastreio do cancro

O Alto Alentejo regista uma incidência significativa de determinadas patologias oncológicas, e de diagnóstico precoce. O Partido Socialista propõe a implementação de um programa inovador de rastreio do cancro dirigido às patologias com maior incidência no distrito, promovendo uma atuação mais próxima das populações, reforçando a prevenção, aumentando a deteção precoce da doença e contribuindo para melhores resultados em saúde e maior qualidade de vida.

Economia

Afirmar o Alto Alentejo como Distrito Logístico

A localização estratégica do Alto Alentejo constitui uma oportunidade única para reforçar a sua competitividade económica e afirmar o território como plataforma de ligação entre Portugal e Espanha. O Partido Socialista propõe uma estratégia de valorização do Alto Alentejo como euro-região logística, aprofundando a cooperação transfronteiriça com a Extremadura, potenciando as infraestruturas existentes, reforçando a capacidade de atração de investimento e promovendo a criação de emprego qualificado e sustentável.

Educação

Qualificar para os setores estratégicos do futuro

O futuro do Alto Alentejo depende da capacidade de preparar as pessoas para responder às transformações económicas, tecnológicas e ambientais em curso. O Partido Socialista propõe uma estratégia de formação orientada para os setores da aeronáutica e da defesa, para os empregos verdes e para a gestão sustentável da água, alinhando a oferta formativa com os grandes investimentos previstos para o distrito e com as prioridades estratégicas da União Europeia, reforçando simultaneamente a competitividade das empresas e as oportunidades para os jovens.

Cultura

Construir um percurso para afirmar o Alto Alentejo como Capital Nacional da Cultura até 2030

A cultura constitui um fator de identidade, inovação e desenvolvimento territorial. O Partido Socialista propõe a construção de um percurso participado que permita afirmar o Alto Alentejo como Capital Nacional da Cultura até 2030, valorizando o património, a criação artística, as indústrias culturais e criativas, o associativismo e a participação das comunidades, transformando a cultura num motor de coesão, atratividade e afirmação nacional do território.

Acessibilidade aos Serviços

Garantir um terminal Multibanco em todas as freguesias

O acesso a serviços essenciais é uma condição indispensável para a qualidade de vida e a coesão territorial. O Partido Socialista compromete-se a desenvolver uma solução que assegure a existência de um terminal Multibanco em todas as freguesias do Alto Alentejo, sem encargos para as autarquias, garantindo que todos os cidadãos, independentemente do local onde residam, tenham acesso a um serviço básico indispensável ao seu quotidiano.

Estas cinco novas ideias representam uma visão de futuro para o Alto Alentejo. São propostas mobilizadoras, concretas e orientadas para responder aos principais desafios do território, afirmando uma estratégia que coloca as pessoas, o conhecimento, a inovação e a coesão territorial no centro da ação política. Mais do que objetivos isolados, constituem o ponto de partida para um **Novo Impulso** capaz de afirmar o Alto Alentejo como um território mais competitivo, mais sustentável, mais inclusivo e mais preparado para enfrentar os desafios das próximas décadas



I.

NOVO IMPULSO POLÍTICO



Servir o Alto Alentejo

I. Novo Impulso Político

A forma de fazer política e a percepção que os cidadãos têm dos políticos encontram-se em permanente transformação, tornando-se cada vez mais exigente a forma como comunicamos a nossa mensagem e concretizamos as nossas políticas. O escrutínio público e a necessidade de prestar contas pelo trabalho político desenvolvido assumem hoje um papel central na reconstrução da confiança das pessoas na política e nos seus representantes, bem como no combate aos populismos e aos discursos de ódio.

Neste contexto, o Partido Socialista enfrenta desafios acrescidos nível da sua reorganização, renovação e capacidade de mobilização de militantes e simpatizantes. Numa sociedade cada vez mais individualista, aumenta a exigência de envolver e sensibilizar cidadãos para projetos coletivos assentes no modelo de sociedade e de economia que defende o PS.

Para responder a estes “novos tempos”, o PS no Alto Alentejo terá de atuar internamente e externamente, reforçando a valorização e a participação dos militantes nos processos de decisão, aproximando e mobilizando simpatizantes e a sociedade civil para a construção da proposta política e adaptando a sua comunicação aos diferentes públicos-alvo.

1. Organização Interna

Ao nível da organização interna, é determinante valorizar, aproximar e envolver os militantes na tomada de decisão, garantindo o funcionamento efetivo dos órgãos concelhios e federativos e reservando aos órgãos executivos, como os secretariados concelhios e o Secretariado da Federação, o debate e a construção das decisões políticas.

O funcionamento regular dos órgãos federativos, para além do cumprimento dos Estatutos, é essencial para reforçar o sentimento de pertença dos militantes, aumentando a transparência e a prestação de contas através de um **código de ética da Federação**. Neste sentido, a realização de sessões temáticas da Comissão Política Federativa, dedicadas ao debate de questões concretas que afetam o Alto Alentejo, a região e o país, será uma prioridade do próximo mandato.

É igualmente evidente a necessidade de dar um novo impulso político às concelhias através da ação da Federação, num **cenário em que as 15 concelhias do distrito estão em pleno funcionamento**. Ativar, revitalizar, renovar e mobilizar as estruturas locais é fundamental para que desenvolvam uma intervenção política de proximidade, focada nas prioridades autárquicas. Para esse objetivo, e dentro das limitações financeiras e logísticas existentes, a Federação deverá disponibilizar meios que apoiem a concretização dessas iniciativas.

Motivar a militância, reorganizar a estrutura e mobilizar as concelhias são pilares essenciais para construir uma política mais próxima das pessoas, em cada um dos quinze concelhos do Alto Alentejo.

Este desígnio de mais e melhor militância deverá ser complementado por ciclos trimestrais de formação política em diferentes áreas, acessíveis aos militantes e orientados para o reforço da literacia política, da capacidade de comunicação, da argumentação e da intervenção pública.

2. Coordenação Política

O momento político favorável que o PS vive no Alto Alentejo, através da liderança da CIMAA e da Delegação Distrital de Portalegre da ANAFRE, deve ser maximizado com um reforço da coordenação política entre, as suas estruturas e os nossos eleitos locais e o deputado eleito pelo círculo de Portalegre.

Para aprofundar esta articulação, promover a partilha supramunicipal e valorizar a troca de experiências, será criado um **Fórum Autárquico Permanente**, reunindo os presidentes de câmara eleitos pelo PS e os primeiros vereadores eleitos pelo PS nas autarquias onde o partido está na oposição. Este Fórum reunirá, no mínimo, trimestralmente.

A iniciativa será complementada com reuniões entre os 35 presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PS, reforçando a ligação às freguesias e a proximidade com os territórios.

Só através de uma coordenação política mais forte será possível construir uma mensagem coerente e mobilizadora, capaz de aproximar as populações do projeto político do PS para o Alto Alentejo, para os seus 15 concelhos e 72 freguesias.

3. Estados Gerais Federativos

Conscientes de que as formas de participação política e cívica estão em rápida transformação, torna-se cada vez mais evidente a importância de abrir o Partido à participação cidadã, através da criação de conselhos consultivos, grupos de reflexão ou tertúlias.

Para concretizar este objetivo, promoveremos uns **Estados Gerais Federativos – o Gabinete de Estudos da Federação**, abertos a simpatizantes, independentes, académicos, profissionais das mais diversas áreas e cidadãos com diferentes percursos. Esta participação plural será essencial para trazer novos protagonistas e futuros militantes para a construção do projeto político do PS no Alto Alentejo.

O objetivo final é claro: construir uma nova **Agenda Política para a Década no Alto Alentejo!**

4. Comunicação interna e externa

O sentimento de pertença dos militantes constrói-se também através de uma comunicação interna eficaz, que garanta o conhecimento antecipado da agenda, da estratégia e das prioridades políticas do Partido para o Alto Alentejo e para cada um dos seus concelhos.

A forma como os cidadãos percecionam os seus representantes e as políticas propostas ou implementadas depende, cada vez mais, de uma comunicação acessível, simples e próxima.

Numa era marcada pelas plataformas digitais e redes sociais, torna-se indispensável uma renovação da comunicação externa do PS, através da criação de conteúdos digitais com a participação dos nossos protagonistas políticos e de uma presença regular e afirmativa nos órgãos de comunicação social locais e regionais.

Na comunicação digital, será prioritário reforçar a produção de conteúdos apelativos e focados, capazes de traduzir e aproximar a proposta política do Partido. Na imprensa, o PS no Alto Alentejo deverá assumir posições firmes, coerentes e mobilizadoras sobre temas estruturantes para as populações.



II.

NOVO IMPULSO ECONÓMICO



Servir o Alto Alentejo

1. Inovação e Competitividade

O Alto Alentejo dispõe de ativos de inovação com relevância nacional e europeia, mas continua a apresentar níveis de criação de riqueza inferiores ao potencial existente. Apesar da capacidade instalada em diversos setores estratégicos, a região continua a enfrentar desafios relacionados com a produtividade, a valorização económica do conhecimento, a atração de investimento e a fixação de talento.

As assimetrias existentes demonstram que o problema não reside na ausência de recursos ou de capacidade empreendedora, mas, sobretudo, na dificuldade em transformar conhecimento, inovação e investimento em crescimento económico sustentado e em maior valor acrescentado para o território.

A experiência de diversas regiões europeias demonstra que a inovação não depende exclusivamente da proximidade das grandes áreas metropolitanas. Depende, acima de tudo, da capacidade de articular conhecimento, qualificação, investigação aplicada, empreendedorismo e cooperação entre instituições públicas, empresas e centros de investigação.

O cluster aeronáutico e aeroespacial de Ponte de Sor constitui hoje um dos projetos mais relevantes da economia portuguesa. A concentração de empresas do setor, a criação de emprego altamente qualificado, a instalação de novos investimentos tecnológicos e o desenvolvimento de projetos inovadores demonstram que é possível criar polos de excelência em territórios de baixa densidade.

A Agenda Mobilizadora *Aero.Next Portugal*, que permitirá produzir a primeira aeronave integralmente portuguesa, representa um claro exemplo da capacidade instalada no território. A instalação de empresas tecnológicas ligadas ao setor espacial, bem como os investimentos associados às novas tecnologias de observação espacial e de inteligência artificial, reforçam igualmente o posicionamento estratégico de Ponte de Sor como referência nacional na indústria aeronáutica e aeroespacial.

O Instituto Politécnico de Portalegre assume um papel determinante enquanto motor de investigação aplicada e de transferência de conhecimento para o tecido empresarial, através das suas unidades de investigação e dos projetos desenvolvidos nas áreas da bioeconomia, da agroalimentar, dos recursos naturais e da inovação tecnológica.

Também o Centro de Inteligência Competitiva de Campo Maior constitui um importante instrumento de apoio às empresas da região, promovendo a utilização de dados, inteligência artificial e ferramentas de apoio à decisão como fatores de modernização e competitividade.

O Alto Alentejo dispõe, assim, de condições para afirmar uma estratégia regional baseada na inovação, na especialização inteligente e na valorização do conhecimento. Importa, porém, reforçar a ligação entre empresas, ensino superior, centros de investigação, autarquias e os restantes agentes económicos, criando um verdadeiro ecossistema regional de inovação.

Paralelamente, torna-se indispensável aproveitar de forma mais eficaz os instrumentos de financiamento disponíveis para os territórios de baixa densidade, potenciando os incentivos previstos no Portugal 2030, nos restantes programas nacionais e europeus dirigidos à inovação empresarial.

O desafio do Alto Alentejo passa sobretudo por criar condições para que as empresas cresçam, inovem, exportem e permaneçam no território, gerando emprego qualificado, riqueza e desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o Partido Socialista propõe:

1. Criar uma Plataforma de Aceleração do Cluster Aeronáutico e Aeroespacial, consolidando Ponte de Sor como uma cadeia de valor completa, capaz de atrair novos fornecedores, empresas especializadas, centros tecnológicos e investimento internacional;
2. Desenvolver um **Contrato IPP-Empresas** para o Valor Acrescentado, reforçando a transferência de conhecimento entre o Instituto Politécnico de Portalegre e o tecido empresarial, através de programas de inovação, do apoio à investigação aplicada e da contratação de recursos humanos altamente qualificados;
3. Criar uma **Plataforma Regional de Planeamento e Captação de Projetos de Mobilidade**, integrando as prioridades definidas pelos municípios e pela CIMAA, assegurando uma estrutura técnica dedicada à preparação, candidatura e acompanhamento de projetos estratégicos;
4. Implementar uma Linha Regional de Financiamento destinada à indústria transformadora de maior intensidade tecnológica, às fileiras exportadoras, à bioeconomia, às energias renováveis e aos restantes setores alinhados com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo;
5. Reforçar as Infraestruturas de Suporte à Competitividade, qualificando parques empresariais, incubadoras e centros de inovação, promovendo igualmente o Centro de Inteligência Competitiva de Campo Maior como instrumento regional de apoio às empresas;
6. Desenvolver uma **Estratégia Integrada de Atração e Fixação de Talento Qualificado**, articulando políticas de habitação, espaços de trabalho colaborativo, incentivos à instalação de famílias e mecanismos de apoio à permanência de profissionais altamente qualificados na região;

7. Formalizar uma Aliança de Inovação do Alto Alentejo, reunindo o Instituto Politécnico de Portalegre, o cluster aeronáutico, a CIMAA, as autarquias e o tecido empresarial, numa estrutura permanente de governação colaborativa, orientada para a captação de investimento e o desenvolvimento de projetos estruturantes;
8. Criar um Programa Regional de Apoio ao Crescimento Empresarial e ao Acesso a Capital, apoiando empresas em fase de expansão através de mecanismos de acompanhamento, ligação a fundos de investimento, acesso a financiamento europeu e programas de mentoria empresarial;
9. Desenvolver uma estratégia ativa de marketing territorial dirigida à captação de investimento industrial e tecnológico, promovendo o Alto Alentejo como território competitivo, inovador e particularmente atrativo para empresas que pretendam beneficiar das condições específicas dos territórios de baixa densidade.

2. Rendimentos e Trabalho

O desenvolvimento económico do Alto Alentejo só produzirá resultados verdadeiramente transformadores se se traduzir em melhores salários, emprego qualificado, estabilidade laboral e novas oportunidades para quem vive, trabalha ou pretende regressar ao território.

O Partido Socialista entende que o crescimento económico deve ser acompanhado pela valorização do trabalho e pelo aumento dos rendimentos, rejeitando um modelo assente em baixos salários, precariedade ou oportunidades pontuais. O Novo Impulso Económico deve afirmar uma estratégia centrada na produtividade, na qualificação das pessoas, na criação de valor acrescentado e na capacidade de atrair e fixar talento.

O Alto Alentejo enfrenta desafios significativos neste domínio. Os níveis salariais continuam abaixo da média nacional, e a perda da população ativa constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento regional. Apesar da existência de um tecido empresarial relevante, com milhares de empresas e trabalhadores distribuídos por diversos setores de atividade, permanece evidente a necessidade de reforçar a produtividade, aumentar a valorização salarial e criar oportunidades profissionais mais qualificadas.

O investimento produz efeitos duradouros apenas quando se traduz em emprego qualificado, reforça as empresas existentes, promove novas cadeias de valor e melhora as condições de vida das pessoas. Por isso, a política económica deve ser orientada para resultados concretos na valorização do trabalho, na criação de emprego sustentável e na capacidade de reter competências no território.

O Alto Alentejo reúne condições para afirmar setores económicos com elevado potencial de crescimento, nomeadamente a aeronáutica, a logística, a agroindústria, a manutenção industrial, os serviços digitais, o turismo qualificado e a economia social.

Estes setores representam oportunidades concretas para criar emprego de maior valor acrescentado e consolidar uma economia mais diversificada e resiliente.

Neste contexto, a qualificação assume um papel central. A formação ao longo da vida, a adaptação permanente às novas exigências tecnológicas e a adequação das competências às necessidades reais das empresas constituem fatores essenciais para aumentar a competitividade regional.

Importa reforçar a cooperação entre empresas, autarquias, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Politécnico de Portalegre, escolas profissionais, associações empresariais e parceiros sociais, promovendo uma resposta articulada que permita identificar necessidades, ajustar a oferta formativa e apoiar processos de reconversão profissional.

Paralelamente, a valorização salarial deve acompanhar o aumento da produtividade e da capacidade competitiva das empresas. Organizações mais inovadoras, digitalizadas, internacionalizadas e integradas em cadeias de valor são também aquelas que conseguem oferecer melhores condições de trabalho e melhores remunerações.

O trabalho digno constitui, assim, uma condição essencial para o desenvolvimento do Alto Alentejo. Uma região que oferece salários competitivos, estabilidade profissional e oportunidades de progressão torna-se mais atrativa para viver, investir e construir projetos de vida.

O objetivo deve ser claro: transformar investimento em emprego qualificado, conhecimento em valor acrescentado e crescimento económico em melhores rendimentos para as pessoas.

Neste sentido, o Partido Socialista propõe:

1. Criar um **Observatório Distrital dos Rendimentos, Emprego e Qualificações**, envolvendo autarquias, empresas, instituições de ensino e parceiros sociais, com o objetivo de acompanhar a evolução do mercado de trabalho e apoiar a definição de políticas públicas territoriais;
2. Promover um **Pacto Distrital para o Emprego Qualificado**, reunindo empresas, autarquias, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Politécnico de Portalegre, escolas profissionais, associações empresariais e parceiros sociais, alinhando a formação, o investimento e as necessidades do tecido económico;
3. Reforçar a articulação entre empresas, escolas profissionais e ensino superior, adequando a formação às necessidades dos principais setores estratégicos da região, nomeadamente aeronáutica, logística, agroindústria, manutenção industrial, turismo, serviços digitais e economia social;
4. Desenvolver programas locais de requalificação e atualização de competências, em parceria com entidades formadoras e empregadores, respondendo aos desafios da transição digital, da inovação empresarial e da evolução permanente do mercado de trabalho;

5. Aproximar os jovens qualificados das empresas da região, através da promoção de estágios, programas de mentoria, feiras de emprego e outros mecanismos que favoreçam a fixação de talento no Alto Alentejo;
6. Construir uma estratégia distrital de atração de investimento, envolvendo autarquias, associações empresariais e entidades regionais, na promoção do Alto Alentejo enquanto território competitivo para a instalação de novas empresas e de novos projetos empresariais;
7. Identificar e defender medidas específicas para os territórios de baixa densidade que incentivem a criação de emprego, reforcem a competitividade empresarial, atraiam investimento e contribuam para a fixação de população;
8. Apoiar as pequenas e médias empresas na modernização, digitalização, inovação e internacionalização, promovendo o acesso a financiamento, a divulgação de boas práticas e o desenvolvimento de redes de cooperação empresarial;
9. Incentivar a criação e dinamização de espaços de coworking, incubação e trabalho colaborativo, potenciando as infraestruturas existentes e reforçando a atratividade do território para empreendedores, trabalhadores remotos e profissionais altamente qualificados;
10. Valorizar a economia social, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as cooperativas e as restantes entidades locais como agentes fundamentais de emprego, inovação social e desenvolvimento territorial, reforçando a qualificação dos seus recursos humanos e o seu contributo para a coesão económica e social.

3. Infraestruturas e Grandes Investimentos Regionais

O desenvolvimento económico do Alto Alentejo depende, em larga medida, da capacidade de reforçar as suas infraestruturas estratégicas e de concretizar investimentos estruturantes que promovam a competitividade, melhorem a mobilidade e aumentem a atratividade do território.

Numa região de baixa densidade, as acessibilidades rodoviárias, ferroviárias, logísticas, aeroportuárias e digitais não constituem apenas infraestruturas físicas. Representam condições essenciais para aproximar pessoas e empresas dos mercados, facilitar a circulação de bens e serviços, atrair investimento, criar emprego qualificado e reforçar a coesão territorial.

O Alto Alentejo dispõe de uma localização geográfica privilegiada que importa transformar numa verdadeira vantagem competitiva. A proximidade à fronteira, a ligação aos principais corredores logísticos nacionais e ibéricos, o potencial ferroviário, a Plataforma Logística do Caia, o aeródromo de Ponte de Sor e as ligações rodoviárias estruturantes devem integrar uma visão articulada de desenvolvimento económico, capaz de potenciar a produção, a exportação e a internacionalização das empresas da região.

Neste contexto, a **Linha do Leste** assume uma importância estratégica para o futuro do Alto Alentejo. A sua eletrificação, modernização e plena operacionalização devem responder simultaneamente às necessidades do transporte de passageiros, da circulação de mercadorias e do reforço das ligações transfronteiriças, consolidando a integração do território nos principais corredores ferroviários nacionais e europeus.

A articulação entre o Corredor Internacional Sul, o troço Elvas-Badajoz e as ligações aos portos de Sines, Setúbal e Lisboa constitui uma oportunidade única para afirmar o Alto Alentejo como plataforma logística de referência no contexto ibérico.

Também Elvas, Campo Maior e Badajoz assumem uma centralidade crescente neste processo. A futura Estação Internacional de Passageiros, a Plataforma Logística do Caia e o Parque de Negócios de Elvas deverão constituir verdadeiras âncoras de desenvolvimento económico, potenciando a atividade logística, a localização empresarial, a operação aduaneira e a criação de emprego qualificado.

Ponte de Sor deverá continuar a afirmar-se como um dos principais polos aeronáuticos nacionais. A evolução do setor da aviação e a futura reorganização da capacidade aeroportuária nacional representam oportunidades que importa aproveitar, reforçando a capacidade do aeródromo, promovendo a instalação de novas empresas, expandindo a manutenção aeronáutica, a formação especializada e a produção industrial associada ao setor.

Paralelamente, importa consolidar uma agenda rodoviária orientada para a competitividade regional. A melhoria das ligações entre a A23 e a A6, a conclusão do IC13, a valorização do IP2 e do IC9, bem como a execução de variantes e acessos qualificados às zonas industriais, constituem investimentos fundamentais para reduzir custos de contexto, melhorar a mobilidade e aumentar a competitividade das empresas do Alto Alentejo.

O Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão representa igualmente uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento regional. Mais do que uma obra hidráulica, deverá constituir um instrumento de valorização económica do território, promovendo a agricultura, a agroindústria, a inovação, a eficiência no uso da água, a produção de energia e a criação de novas oportunidades de investimento.

O Novo Impulso Económico exige uma visão integrada das infraestruturas enquanto fator de desenvolvimento, competitividade e coesão territorial. O investimento público deve ser orientado para projetos capazes de gerar riqueza, atrair investimento privado, criar emprego qualificado e reforçar a posição estratégica do Alto Alentejo no contexto nacional e ibérico.

Neste sentido, o Partido Socialista propõe:

1. **Defender a eletrificação e a modernização da Linha do Leste**, garantindo uma resposta eficaz ao transporte de passageiros e mercadorias, à logística empresarial e à ligação transfronteiriça;
2. Assegurar a conclusão do projeto internacional da Ponte do Rio Sever com ligação transfronteiriça de Montalvão e Cedilho;
3. Assegurar a certificação, a entrada em funcionamento e a plena articulação operacional do Corredor Internacional Sul e do troço Elvas–Badajoz, reforçando a ligação aos portos nacionais e ao mercado ibérico;
4. Defender a construção da Estação Internacional de Passageiros na zona do Caia, aproveitando a centralidade ferroviária do eixo Elvas–Campo Maior–Badajoz;
5. Concretizar e dinamizar o Parque de Negócios de Elvas e a Plataforma Logística do Caia, valorizando o terminal rodoferroviário, o entreposto aduaneiro e a localização estratégica junto à fronteira;
6. Consolidar Ponte de Sor como polo aeronáutico nacional, promovendo a expansão faseada do aeródromo, a construção de novos hangares, o reforço da manutenção aeronáutica, a formação especializada e a instalação de novas empresas do setor;
7. Defender uma Agenda Rodoviária para a Competitividade do Alto Alentejo, incluindo a ligação A23/A6, a conclusão do IC13, a valorização do IP2 e do IC9, bem como variantes urbanas e acessos qualificados às zonas industriais;
8. Criar uma **Carteira Distrital de Grandes Investimentos Regionais**, permanentemente atualizada, reunindo os principais projetos estruturantes do Alto Alentejo, respetivo grau de maturidade, fontes de financiamento, impacto esperado, entidades responsáveis e calendário previsional de execução.

O Novo Impulso Económico para o Alto Alentejo assenta numa visão integrada do desenvolvimento, onde inovação, competitividade, valorização do trabalho e investimento estratégico se complementam para criar um território mais dinâmico, mais atrativo e mais preparado para responder aos desafios do futuro.

A ambição do Partido Socialista é afirmar uma economia que valorize as pessoas, promova empresas mais competitivas, aproveite plenamente os recursos e ativos do território e transforme o investimento em oportunidades concretas de desenvolvimento, emprego qualificado, criação de riqueza e fixação de população.

Só através de uma estratégia económica integrada, sustentada e territorialmente diferenciada será possível construir um Alto Alentejo mais competitivo, mais inovador e capaz de gerar prosperidade para as atuais e futuras gerações.



III.

NOVO IMPULSO VERDE



Servir o Alto Alentejo

III. Novo Impulso Verde

O Alto Alentejo encontra-se hoje perante um dos maiores desafios da sua história, mas também perante uma das maiores oportunidades para afirmar um novo modelo de desenvolvimento.

As alterações climáticas, a escassez de água, a desertificação, o envelhecimento populacional e a baixa densidade populacional constituem desafios estruturais que exigem respostas políticas ambiciosas e ajustadas às especificidades do território. Contudo, estes mesmos desafios podem transformar-se em fatores de diferenciação e competitividade, desde que exista uma estratégia capaz de valorizar os recursos naturais, promover a inovação e criar novas oportunidades de desenvolvimento sustentável.

O Alto Alentejo reúne condições únicas para assumir uma posição de referência nacional e europeia na transição ecológica. A elevada disponibilidade de energia solar, a riqueza do montado, a importância dos recursos hídricos, o património natural, a biodiversidade, a localização estratégica e a qualidade ambiental constituem ativos que devem ser colocados ao serviço da criação de riqueza, da fixação de população e da melhoria da qualidade de vida.

O Partido Socialista defende um Novo Impulso Verde para o Alto Alentejo, assente numa visão integrada que transforme o território numa referência em sustentabilidade, adaptação às alterações climáticas, neutralidade carbónica, inovação ambiental e coesão territorial.

Esta estratégia estrutura-se em quatro grandes prioridades:

- Água;
- Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão;
- Mobilidade Sustentável;
- Capital Natural.

Estes quatro eixos complementam-se e representam uma nova visão para o desenvolvimento do Alto Alentejo, colocando a sustentabilidade no centro das políticas públicas e transformando os recursos ambientais em fatores permanentes de competitividade económica, bem-estar social e valorização territorial.

1. Água

A água constitui o recurso estratégico mais importante para o futuro do Alto Alentejo.

Num contexto marcado pela crescente irregularidade da precipitação, pela maior frequência de fenómenos climáticos extremos e pelo aumento da pressão sobre os recursos hídricos, a gestão sustentável da água deve assumir um papel central nas políticas de desenvolvimento regional.

O Partido Socialista entende que a água deve ser reconhecida como um bem público estratégico, cuja gestão deve privilegiar, em primeiro lugar, o abastecimento às populações, assegurando simultaneamente a sustentabilidade ambiental, a resiliência climática e o desenvolvimento económico do território.

A proteção dos recursos hídricos exige uma abordagem integrada, capaz de articular o planeamento territorial, a eficiência no uso da água, a inovação tecnológica, a preservação dos ecossistemas e a adaptação às alterações climáticas.

Mais do que responder às necessidades atuais, importa preparar o Alto Alentejo para os desafios das próximas décadas, garantindo que a água continua a constituir um fator de segurança, desenvolvimento e qualidade de vida.

O Partido Socialista defende uma política de gestão da água baseada em princípios de responsabilidade, transparência, eficiência e sustentabilidade, promovendo soluções inovadoras que reforcem a capacidade do território para enfrentar períodos de seca prolongada, proteger os ecossistemas e assegurar o abastecimento público.

Neste contexto, a água deve deixar de ser encarada apenas como um recurso natural e passar a constituir um verdadeiro instrumento de coesão territorial, de desenvolvimento económico e de valorização ambiental.

2. O Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão

O Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão representa uma das mais importantes oportunidades estratégicas para o futuro do Alto Alentejo.

O Partido Socialista defende que este projeto deve ser entendido como muito mais do que uma infraestrutura hidráulica destinada ao apoio da atividade agrícola. O Pisão deve constituir um verdadeiro projeto estruturante de desenvolvimento regional, capaz de reforçar a resiliência climática, assegurar a segurança hídrica, promover a soberania energética, estimular a inovação ambiental e criar novas oportunidades económicas para o território.

O sucesso deste investimento dependerá da capacidade de garantir elevados padrões de sustentabilidade ambiental, de transparência, de participação pública e de monitorização permanente dos seus impactos.

A legitimidade do projeto assenta na demonstração de que responde às necessidades das populações, protege os recursos naturais, promove a utilização eficiente da água e gera benefícios concretos para o desenvolvimento económico e social do Alto Alentejo.

Neste sentido, o Partido Socialista defende que o Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão deve ser acompanhado por um verdadeiro Programa Integrado de Desenvolvimento Regional, com objetivos claros, instrumentos de financiamento adequados, compromissos ambientais exigentes, mecanismos de governação reconhecidos e indicadores públicos de acompanhamento.

A água armazenada pelo Pisão deve constituir um instrumento de criação de riqueza, de reforço da atividade agrícola, de valorização da agroindústria, de desenvolvimento da economia regional e de proteção das populações perante os efeitos das alterações climáticas.

O Novo Impulso Verde entende o Pisão como uma infraestrutura estratégica para o futuro do Alto Alentejo, colocando-o ao serviço da sustentabilidade ambiental, da competitividade económica e da coesão territorial.

3. Mobilidade Sustentável

A mobilidade constitui um dos pilares fundamentais da coesão territorial e da qualidade de vida no Alto Alentejo.

Num território marcado pela baixa densidade populacional, pela dispersão geográfica e pelo envelhecimento demográfico, a existência de uma rede de transportes eficiente é determinante para garantir o acesso ao emprego, à educação, aos cuidados de saúde, aos serviços públicos, à cultura e à participação cívica.

O Partido Socialista considera que a transição ecológica apenas será verdadeiramente justa se assegurar que todos os cidadãos, independentemente do local onde vivem, disponham de soluções de mobilidade acessíveis, eficientes e ambientalmente sustentáveis.

O Novo Impulso Verde defende uma estratégia integrada de mobilidade sustentável que articule o transporte ferroviário, o transporte rodoviário intermunicipal, a mobilidade urbana de proximidade, os sistemas flexíveis e a pedido, a renovação das frotas públicas para veículos de baixas emissões, a intermodalidade e o reforço das infraestruturas cicláveis e pedonais.

Neste contexto, a modernização e eletrificação da Linha do Leste assumem um papel absolutamente estratégico. Mais do que uma infraestrutura ferroviária, deverá constituir a espinha dorsal de um novo modelo de mobilidade sustentável para o Alto Alentejo, contribuindo para a descarbonização da economia, para o reforço da coesão territorial e para a integração do território nos principais corredores ferroviários nacionais e ibéricos.

A mobilidade sustentável deve igualmente ser entendida como um instrumento de desenvolvimento económico, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias, apoiando o turismo sustentável e reforçando a competitividade das empresas da região.

Uma rede sub-regional de mobilidade limpa

O Partido Socialista defende que a mobilidade sustentável exige uma visão integrada à escala de todo o Alto Alentejo.

As respostas isoladas por concelho, embora importantes, não são suficientes para responder às necessidades reais das populações. Importa construir um sistema de transportes público simples, previsível, articulado e capaz de servir todo o território.

Neste sentido, o Partido Socialista assume como prioridades:

- Prosseguir a modernização e eletrificação integral da Linha do Leste, integrando-a numa estratégia de mobilidade sustentável e logística verde do corredor ibérico;

- Reforçar as ligações intermunicipais entre sedes de concelho, unidades hospitalares, estabelecimentos de ensino secundário, profissional e superior, serviços públicos e principais polos de emprego;
- Desenvolver serviços de transporte flexível e transporte a pedido nas freguesias rurais, assegurando respostas adequadas à população idosa, estudantes, pessoas com mobilidade reduzida e trabalhadores sem transporte próprio;
- Promover a renovação progressiva das frotas municipais e intermunicipais através da utilização de veículos elétricos, híbridos ou de baixas emissões, privilegiando o transporte coletivo, os serviços urbanos, o apoio social e a recolha de resíduos;
- Criar interfaces de mobilidade em pontos estratégicos do território, dotados de postos de carregamento elétrico, espaços de abrigo qualificados, informação em tempo real e ligação aos diferentes modos de transporte.

Mobilidade urbana amiga do ambiente

Nas cidades e vilas do Alto Alentejo, a mobilidade sustentável deverá contribuir para melhorar a qualidade do espaço público, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, aumentar a segurança rodoviária e tornar os centros urbanos mais atrativos para residentes e visitantes.

Neste âmbito, o Partido Socialista defende:

- A conclusão dos Planos Municipais de Mobilidade Sustentável, articulados com a estratégia intermunicipal desenvolvida pela CIMAA;
- O reforço e expansão das redes cicláveis urbanas e periurbanas, sempre que adequadas às características do território, ligando zonas residenciais, escolas, equipamentos públicos e espaços de lazer;
- A densificação da rede pública de carregamento elétrico em todos os concelhos do Alto Alentejo, assegurando uma cobertura equilibrada do território e não apenas orientada por critérios de rentabilidade económica.

4. Capital Natural

O Alto Alentejo possui um património natural de valor excecional que constitui um dos seus maiores ativos estratégicos.

O rio Tejo, o Parque Natural da Serra de São Mamede, o montado, a biodiversidade, a paisagem, os recursos florestais e agrícolas e os diversos ecossistemas existentes representam fatores de identidade territorial, qualidade ambiental e competitividade económica que importa preservar e valorizar.

O Partido Socialista entende que a proteção da natureza não deve ser encarada como um obstáculo ao desenvolvimento. Pelo contrário, constitui uma condição essencial para promover um modelo económico mais sustentável, mais resiliente e mais capaz de gerar riqueza, emprego e qualidade de vida.

Num contexto de alterações climáticas, perda de biodiversidade e crescente valorização internacional dos territórios ambientalmente qualificados, o capital natural do Alto Alentejo representa uma oportunidade estratégica que deve ser plenamente integrada nas políticas públicas de desenvolvimento regional.

O Novo Impulso Verde propõe transformar este património num verdadeiro motor de desenvolvimento económico sustentável, promovendo simultaneamente a conservação da natureza, o turismo de natureza, a educação ambiental, a inovação científica e a valorização das comunidades locais.

O rio Tejo: corredor ecológico, cultural e económico

O Partido Socialista defende que o rio Tejo deve assumir um papel estruturante na estratégia de desenvolvimento do Alto Alentejo.

A sua valorização exige uma abordagem integrada que articule conservação ambiental, recuperação ecológica, qualidade da água, turismo sustentável, educação ambiental, património cultural e cooperação transfronteiriça.

Neste contexto, propõe-se:

- Valorizar percursos pedestres, cicláveis e interpretativos associados ao rio Tejo, assegurando uma reduzida pegada ambiental e promovendo o envolvimento das comunidades locais;
- Desenvolver programas de educação ambiental dedicados à água, à biodiversidade, às alterações climáticas e ao património cultural associado ao rio;

Reforçar a cooperação entre municípios portugueses e espanhóis na proteção e valorização do Tejo, envolvendo entidades públicas, escolas, empresas, associações e organizações ambientais.

Parque Natural da Serra de São Mamede

O Parque Natural da Serra de São Mamede constitui um dos principais ativos ambientais do Alto Alentejo.

A sua biodiversidade, riqueza paisagística, património cultural, aldeias históricas e singularidade ecológica conferem-lhe um enorme potencial para afirmar uma economia assente na natureza, no conhecimento, na investigação científica e no turismo sustentável.

Neste sentido, o Partido Socialista defende:

- O reforço do modelo de cogestão do Parque Natural, aumentando os meios destinados à conservação, vigilância, valorização e gestão do território;
- A promoção do restauro de habitats naturais e da prevenção estrutural dos incêndios rurais;
- O desenvolvimento de uma oferta qualificada de turismo de natureza, baseada em critérios de sustentabilidade, baixa pressão sobre os ecossistemas e repartição equilibrada dos benefícios pelas comunidades locais;
- A valorização dos produtos locais associados à identidade da Serra de São Mamede;
- A criação de programas de ciência cidadã, educação ambiental e voluntariado para a conservação da natureza, envolvendo escolas, Instituto Politécnico de Portalegre, municípios e associações locais.

Capital Natural como fator de desenvolvimento

O Partido Socialista considera que o Alto Alentejo presta serviços ambientais fundamentais ao país, designadamente através da conservação da biodiversidade, do sequestro de carbono, da regulação dos recursos hídricos, da proteção dos solos e da preservação da paisagem.

Estes serviços dos ecossistemas devem ser reconhecidos, valorizados e compensados de forma justa.

Neste sentido, o Novo Impulso Verde defende a criação de mecanismos que promovam o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos agricultores, produtores florestais e restantes gestores do território, incentivando práticas de conservação, agricultura regenerativa e gestão sustentável dos recursos naturais.

Paralelamente, importa afirmar uma marca territorial fortemente associada à qualidade ambiental do Alto Alentejo, valorizando o Tejo, a Serra de São Mamede, o montado, a neutralidade carbónica e os produtos diferenciadores da região como fatores de competitividade económica, atração de investimento e afirmação internacional.

5. Eixos Transversais para uma Transição Verde Sustentável

A concretização de um verdadeiro Novo Impulso Verde exige uma abordagem integrada que articule as políticas ambientais com o desenvolvimento económico, a valorização do território, a qualificação das pessoas e a criação de novas oportunidades de emprego.

A água, a mobilidade sustentável, o Pisão e o capital natural constituem os pilares desta estratégia, mas o seu sucesso depende igualmente da capacidade de promover a transição energética, reforçar a bioeconomia, valorizar os produtos locais, criar emprego verde e investir na qualificação dos recursos humanos.

Descarbonização e transição energética

O Alto Alentejo reúne condições excecionais para assumir um papel de referência na transição energética nacional.

A elevada disponibilidade de radiação solar, o potencial da biomassa agrícola e florestal, o desenvolvimento de comunidades de energia, a produção de combustíveis renováveis e as competências científicas instaladas na região criam condições para acelerar a descarbonização da economia e reforçar a autonomia energética do território.

O Partido Socialista defende uma transição energética que respeite a paisagem, preserve a biodiversidade e assegure que os benefícios económicos decorrentes destes investimentos se traduzem em valor acrescentado para as comunidades locais.

O desenvolvimento das energias renováveis deve constituir um fator de competitividade económica, criação de emprego e redução da dependência energética, contribuindo simultaneamente para o cumprimento das metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica.

Bioeconomia circular, agricultura sustentável e valorização dos produtos locais

A transição ecológica deve igualmente constituir uma oportunidade para aumentar o valor acrescentado da produção regional.

O Alto Alentejo possui produtos de elevada qualidade e forte identidade territorial, como o azeite, o vinho, a cortiça, a carne de produção extensiva, o mel, os produtos do montado e da floresta multifuncional, que devem ser valorizados através de estratégias de diferenciação, certificação, inovação e acesso a mercados de maior valor.

O Partido Socialista defende uma agricultura cada vez mais sustentável, capaz de conciliar produtividade, preservação dos recursos naturais e adaptação às alterações climáticas, promovendo práticas de agricultura regenerativa, economia circular e utilização eficiente dos recursos.

A bioeconomia constitui uma oportunidade para criar novas cadeias de valor, estimular a inovação e aumentar a competitividade da economia regional, aproveitando o conhecimento científico existente e reforçando a ligação entre produção, investigação e indústria.

Emprego verde, qualificação e fixação de população

Nenhuma estratégia de desenvolvimento será plenamente bem-sucedida se não contribuir para fixar pessoas no território.

O Partido Socialista entende que o Novo Impulso Verde deve estar diretamente associado à criação de emprego qualificado, à atração de jovens, à valorização das competências locais e ao reforço dos serviços públicos de proximidade.

O Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão, a mobilidade sustentável, a valorização dos recursos naturais e a transição energética devem constituir motores de uma nova política de povoamento para o Alto Alentejo.

Neste contexto, o Partido Socialista defende a criação de um **Pacto Territorial para o Emprego Verde**, envolvendo municípios, Instituto Politécnico de Portalegre, escolas profissionais, associações empresariais, empresas, organizações sindicais e setor social, promovendo formação especializada nas áreas da gestão da água, energias renováveis, mobilidade sustentável, turismo de natureza, gestão florestal, agricultura sustentável e economia circular.

O objetivo é criar oportunidades profissionais capazes de fixar população, reforçar a competitividade regional e responder às necessidades futuras do mercado de trabalho.

6. Governança e Participação

O sucesso do Novo Impulso Verde exige uma governação forte, transparente e assente na cooperação entre instituições.

O Partido Socialista considera fundamental reforçar a capacidade de coordenação entre a CCDR Alentejo, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, os municípios, o Instituto Politécnico de Portalegre, as empresas, os agricultores, as associações locais e os cidadãos.

A transição ecológica deve ser construída com as pessoas e para as pessoas.

Os grandes projetos de investimento, os processos de licenciamento, os planos de mobilidade, as políticas de conservação da natureza e os programas de adaptação às alterações climáticas devem assentar em processos de participação pública efetiva, informação acessível e mecanismos transparentes de acompanhamento e avaliação.

Paralelamente, importa assegurar uma utilização coordenada dos instrumentos de financiamento nacionais e europeus, mobilizando os recursos disponíveis para acelerar a concretização dos projetos estratégicos do Alto Alentejo.

Neste sentido, o Partido Socialista assume os seguintes compromissos:

1. Criar uma estrutura de coordenação política e técnica para o **Novo Impulso Verde**, envolvendo a Federação Distrital, os autarcas socialistas, a CIMAA e os restantes parceiros regionais;
2. Desenvolver uma carteira sub-regional de projetos verdes, preparada para candidatura a programas nacionais e europeus, identificando prioridades, custos, maturidade técnica e impacto territorial;
3. Defender critérios de financiamento que reconheçam as especificidades dos territórios de baixa densidade, particularmente aqueles sujeitos a maiores riscos climáticos, desertificação e despovoamento;
4. Promover orçamentos participativos dedicados à sustentabilidade ambiental, à mobilidade, à água, à biodiversidade e à adaptação climática nos municípios do Alto Alentejo;
5. Incentivar programas de literacia climática nas escolas, associações e comunidades locais, valorizando o Tejo, a Serra de São Mamede, o montado e o Pisão como espaços privilegiados de aprendizagem e cidadania ambiental;
6. Defender o alinhamento da estratégia regional com o Pacto Ecológico Europeu e com as principais iniciativas europeias de adaptação às alterações climáticas, reforçando a presença do Alto Alentejo nos programas europeus dedicados à sustentabilidade.

O Alto Alentejo reúne condições únicas para afirmar um modelo de desenvolvimento assente na sustentabilidade, na inovação e na valorização dos seus recursos naturais.

A água, o Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão, a mobilidade sustentável e o capital natural constituem ativos estratégicos que devem ser colocados ao serviço das pessoas, da economia e da coesão territorial.

O Novo Impulso Verde propõe transformar estes recursos numa verdadeira estratégia de desenvolvimento para o Alto Alentejo, conciliando a proteção ambiental, o crescimento económico, a criação de emprego qualificado, a inovação, a atração de investimento e a melhoria da qualidade de vida.

A ambição do Partido Socialista é afirmar o Alto Alentejo como referência nacional e europeia na transição ecológica, demonstrando que os territórios de baixa densidade podem liderar um modelo de desenvolvimento mais sustentável, mais competitivo e mais justo.

Ao proteger o ambiente, valorizar os recursos naturais e investir na inovação, estaremos igualmente a criar oportunidades para as pessoas, reforçando a atratividade do território e construindo um futuro mais resiliente para as próximas gerações.



IV.

**NOVO
IMPULSO
SOCIAL**



Servir o Alto Alentejo

IV. Novo Impulso Social

O desenvolvimento do Alto Alentejo só será verdadeiramente sustentável se as pessoas forem colocadas no centro das políticas públicas. A competitividade económica, a valorização do território e a transição ecológica apenas produzirão resultados duradouros quando forem acompanhadas por serviços públicos de qualidade, igualdade de oportunidades e respostas ajustadas às necessidades das populações.

Num território marcado pelo envelhecimento demográfico, pela baixa densidade populacional e pela dispersão geográfica, importa reforçar as políticas públicas de proximidade, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde, educação, formação, cultura e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, independentemente do concelho onde residem.

O Partido Socialista defende, por isso, um **Novo Impulso Social** para o Alto Alentejo, assente numa estratégia integrada que valorize o capital humano, promova a inclusão, combata as desigualdades e reforce a coesão social e territorial.

Este compromisso estrutura-se em sete grandes prioridades:

- Saúde;
- Educação e Ensino Superior;
- Cultura;
- Igualdade e Direitos Sociais;
- Combate às Desigualdades e Integração.

1. Saúde

A saúde constitui um dos pilares fundamentais da qualidade de vida e da coesão territorial. No Alto Alentejo, os desafios decorrentes do envelhecimento da população, da dispersão geográfica e da dificuldade de fixação de profissionais exigem respostas diferenciadas, capazes de garantir um acesso efetivo e equitativo aos cuidados de saúde.

A elevada percentagem de utentes sem médico de família demonstra que o Alto Alentejo enfrenta uma situação particularmente exigente quando comparado com outras regiões do país. Esta realidade é agravada pelas longas distâncias entre as localidades, pela reduzida oferta de transportes públicos e pela crescente pressão sobre os serviços de saúde existentes.

O Partido Socialista considera que o reforço do Serviço Nacional de Saúde no Alto Alentejo deve assentar numa lógica de proximidade, inovação e integração, colocando as pessoas no centro da resposta pública.

A Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo deverá continuar a afirmar-se como elemento estruturante da organização dos cuidados de saúde, reforçando a capacidade de resposta dos centros de saúde e aproximando os serviços das populações, particularmente nos concelhos de menor dimensão e maior dispersão territorial.

Neste contexto, o Partido Socialista defende como prioridades:

Cuidados de proximidade

- Reforçar a capacidade de resposta da Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo, valorizando os cuidados de saúde primários e garantindo que os centros de saúde dos concelhos mais isolados disponham de maior capacidade diagnóstica e resolutiva;
- Desenvolver modelos de saúde itinerante através do reforço das Unidades Móveis de Saúde, assegurando a deslocação de médicos, enfermeiros e outros profissionais às freguesias rurais mais isoladas, promovendo rastreios, prevenção e acompanhamento regular das populações;
- Criar um **Programa Juvenil de Saúde e Bem-estar juvenil** que possa, em contexto escolar, dar padrões de monitorização e acompanhamento de saúde juvenil e capacitar por essa via a realização formal de atividades desportivas em contexto escolar, jogos do Alto Alentejo ou mesmo do ponto de vista federado.

Atração e fixação de profissionais

- Implementar mecanismos específicos de atração e fixação de médicos, enfermeiros e restantes profissionais de saúde para o Alto Alentejo, recorrendo a incentivos financeiros, à valorização das carreiras e a condições diferenciadas para territórios de baixa densidade;
- Articular as políticas de saúde com as políticas de habitação, promovendo soluções de alojamento e apoios à fixação de profissionais que escolham exercer funções na região.

Transição digital na saúde

- Reforçar a utilização da telemedicina, da teleconsulta e da teletriagem, aproximando especialistas das populações e reduzindo deslocações desnecessárias, particularmente para idosos e cidadãos residentes em zonas mais distantes dos hospitais.

Integração entre saúde e apoio social

- Promover uma maior articulação entre o Serviço Nacional de Saúde, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Misericórdias e as restantes entidades do setor social, assegurando respostas integradas às necessidades decorrentes do envelhecimento da população;
- Reforçar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados no Alto Alentejo, garantindo uma resposta adequada às situações de dependência, de doença crónica e de envelhecimento.

Investimento em infraestruturas

- Mobilizar instrumentos de financiamento territorial para modernizar centros de saúde, reforçar os equipamentos e criar respostas de cuidados continuados ajustadas às necessidades da região.

O Partido Socialista entende que garantir o acesso universal aos cuidados de saúde exige respostas diferenciadas para os territórios de baixa densidade, assegurando que nenhum cidadão fica privado de cuidados por razões geográficas ou demográficas.

2. Educação e Ensino Superior

O ensino superior constitui um dos principais motores de desenvolvimento económico, social e científico do Alto Alentejo. A qualificação da população, a produção de conhecimento e a transferência de tecnologia para as empresas representam fatores decisivos para aumentar a competitividade regional e promover a fixação de jovens no território.

Neste contexto, o Instituto Politécnico de Portalegre assume um papel estratégico na afirmação do Alto Alentejo enquanto território de conhecimento, inovação e investigação aplicada.

O Partido Socialista defende uma estratégia que reforce a capacidade de atração do ensino superior no interior do país, criando condições para aumentar o número de estudantes, captar talento e potenciar a ligação entre ensino, investigação e desenvolvimento regional.

Neste sentido, considera prioritário:

- Reforçar os incentivos à frequência do ensino superior em territórios de baixa densidade, através da valorização das bolsas de estudo e de mecanismos específicos de apoio aos estudantes que optem pelo Instituto Politécnico de Portalegre;
- Prosseguir com o investimento na construção, reabilitação e ampliação da oferta de alojamento estudantil, garantindo melhores condições para acolher estudantes nacionais e internacionais;

- Valorizar o Instituto Politécnico de Portalegre enquanto centro de investigação aplicada ao território, promovendo projetos dedicados à gestão sustentável da água, adaptação às alterações climáticas, bioeconomia, envelhecimento ativo, inovação tecnológica e desenvolvimento regional;
- Reforçar a ligação entre o ensino superior, as empresas, os municípios e as restantes instituições da região, promovendo uma maior transferência de conhecimento, inovação e qualificação do tecido económico.

O Partido Socialista entende que o Instituto Politécnico de Portalegre deve assumir um papel central na estratégia de desenvolvimento do Alto Alentejo, contribuindo para a criação de conhecimento, a atração de investimento, a fixação de população qualificada e o aumento da competitividade regional.

3. Igualdade e Direitos Sociais

A igualdade é o princípio estruturante da ação política socialista (artigo 13.º da CRP) e deve traduzir-se em respostas concretas para todos os cidadãos, independentemente da sua idade, condição económica, género, deficiência, origem ou local de residência.

Neste domínio, a Federação defende:

- Estratégia Distrital para a Igualdade e Inclusão: partindo dos planos municipais de igualdade que já existem nos 15 concelhos, articulá-los num plano distrital comum, com metas partilhadas, relatório público anual de execução e envolvimento de municípios, IPSS, ensino e sociedade civil – passando da existência formal dos planos à sua execução efetiva e coordenada;
- Apoio reforçado aos cuidadores informais do interior, reconhecendo o agravamento da sua situação pela menor oferta de médicos e de meios: garantia efetiva do descanso do cuidador (dias de pausa com a pessoa cuidada assegurada por uma IPSS), formação certificada e gratuita que prepare o cuidador para as tarefas do dia-a-dia e um balcão único do cuidador por concelho que centraliza informação, apoios e encaminhamento;
- Reivindicação junto do Governo pela majoração do subsídio de apoio ao cuidador informal nos territórios de baixa densidade, reconhecendo que cuidar no interior é mais difícil e mais caro, o que justifica um apoio financeiro superior ao praticado nos territórios urbanos;
- Igualdade de género e conciliação entre a vida profissional e familiar: garantir cobertura territorial de creche e ATL nas zonas do distrito onde hoje ela não existe, e ativar nessas respostas o financiamento público já disponível para horários compatíveis com o trabalho por turnos (Complemento de Horário/ Creche Feliz), que muitas famílias do nosso território não conseguem usar por falta de oferta próxima. A Federação defende que as respostas sociais de conciliação e igualdade sejam assumidas como prioridade na captação de fundos europeus pela CIMAA, a par dos investimentos em infraestruturas;

- Inclusão das pessoas com deficiência, com acessibilidade no maior número possível de edifícios e espaços públicos do distrito, concretizada em quatro frentes:
 - **Edifícios:** auditoria de acessibilidade a todos os edifícios de atendimento ao público, seguida de um plano de correção calendarizado que elimine progressivamente as barreiras no edificado municipal;
 - **Habitação:** garantia de uma quota de habitação acessível no parque habitacional público de cada concelho e o apoio efetivo às famílias do interior na adaptação das suas casas, aproveitando os programas de financiamento já existentes, que muitas vezes não chegam a quem deles precisa por falta de informação;
 - **Transporte:** adaptação do transporte a pedido da CIMAA (TAAPedido) às necessidades das pessoas com deficiência, com viaturas acessíveis e apoio à marcação, alargando-o a todo o distrito;
 - **Serviços digitais:** e serviços e sítios online das autarquias acessíveis a todos os cidadãos, incluindo os que têm limitações visuais ou outras deficiências.
- Reforço da articulação entre as autarquias e as instituições sociais, dotando os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) de meios, e ligando-os a nível distrital, com o compromisso de resposta rápida às situações de vulnerabilidade e um sistema de informação partilhado entre Segurança Social, municípios, saúde e IPSS, para que nenhuma pessoa em risco fique sem acompanhamento.
- Alargar o projeto de mediadores municipais interculturais a todos os concelhos, aproveitando a linha de financiamento aberta até 2027 para planos locais de inclusão, com foco no sucesso escolar, na habitação digna e no acesso ao emprego, e envolvendo as próprias comunidades no desenho das medidas.

4. Cultura

A cultura constitui um fator essencial para o desenvolvimento, a identidade e a coesão territorial. No Alto Alentejo importa democratizar o acesso à criação cultural e valorizar o património como ativo estratégico para o desenvolvimento regional.

No plano cultura, a Federação propõe-se a concretizar:

- Consolidar e aprofundar a programação cultural em rede já existente no distrito, dando-lhe aquilo que ainda lhe falta: um calendário anual estável e previsível, bilhética partilhada entre os equipamentos dos 15 municípios e circulação organizada de espetáculos entre concelhos, rentabilizando recursos e cachês. A rede deve chegar de forma regular às freguesias mais pequenas, e não apenas às sedes de concelho;
- Apoio plurianual aos agentes culturais locais, através de contratos a três anos que deem estabilidade ao planeamento em vez de subsídios anuais incertos, em articulação com estruturas distritais já existentes como a Federação de Bandas Filarmónicas do Distrito de Portalegre;
- Valorização do património histórico e arqueológico como fator de dinamização económica e turística, através de uma rota de património do distrito com sinalética e conteúdos digitais comuns, articulada com a promoção turística regional do Alentejo;
- Residências artísticas e projetos culturais em parceria com o Instituto Politécnico de Portalegre, aproveitando o seu Departamento de Artes, Design e Animação e as áreas de audiovisual, design e animação sociocultural, para atrair e fixar jovens criadores no território.
- Garantir e alargar a oferta cultural itinerante a todas as freguesias rurais (cinema, teatro e a rede de bibliotecas e leitura móvel já assegurada pela RIBAA), com regularidade e calendário fixo, combatendo a irregularidade e a cobertura desigual que hoje penalizam as populações mais afastadas.
- Registo e transmissão do património imaterial do distrito, do Cante Alentejano, já reconhecido pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade, aos saberes, festas, gastronomia e ofícios ainda por documentar, através de memória oral gravada e de um arquivo digital aberto, antes que se perca com o envelhecimento da população.

5. Combate às desigualdades e integração

O maior desafio social do Alto Alentejo é combater as desigualdades territoriais. O local onde uma pessoa vive não pode determinar a qualidade dos serviços públicos aos quais tem acesso. A este desafio junta-se uma transformação de fundo: a imigração deixou de se concentrar no litoral e chega cada vez mais ao interior e aos territórios de baixa densidade, onde a mão-de-obra migrante se tornou essencial em setores como a agricultura, os cuidados, a construção e a restauração. O próprio Observatório das Migrações reconhece que estes concelhos, com menos recursos técnicos e financeiros, enfrentam maiores riscos de precariedade habitacional e laboral quando não há respostas de acolhimento estruturadas. Combater as desigualdades e integrar quem chega, são, por isso, duas faces da mesma moeda que é a coesão territorial.

Perante estes desafios, a Federação compromete-se a defender:

- Um Plano Distrital de Combate às Desigualdades Territoriais, baseado num índice de vulnerabilidade por freguesia (demografia, rendimento, acesso a serviços, isolamento) que identifique onde intervir primeiro e permita medir o progresso, aprofundando ao nível da freguesia os diagnósticos sociais que a CIMAA e os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) já produzem;

Balcões Sociais de Proximidade, de natureza social e itinerante, em articulação com municípios e juntas de freguesia, que levem às freguesias sem resposta fixa o apoio na sinalização de carências, no acesso a prestações e no acompanhamento social, complementando e não duplicando os serviços administrativos já existentes;

- Reivindicar ao Governo o reforço do financiamento da resposta social de proximidade no interior, garantindo o apoio domiciliário e a teleassistência a idosos, através da resposta pública e do sector social solidário (IPSS, Misericórdias), que são o pilar do cuidado no interior, para que estes serviços essenciais não fiquem dependentes de empresas com fins lucrativos;
- Projetos de inovação social contra a pobreza, a exclusão e a solidão não desejada, como uma resposta distrital de combate ao isolamento que articule a ação social dos municípios com a sinalização já feita pela GNR na Operação Censos Sénior – garantindo que os idosos identificados como isolados passam a ter acompanhamento social continuado, à semelhança de parcerias já existentes entre a autarquia e a GNR – integrando também a proteção dos idosos contra burlas e fraudes;
- Programa distrital de literacia digital para idosos e populações vulneráveis, ancorado nas bibliotecas municipais, na rede RIBAA, e nos espaços de atendimento já existentes, com um ponto de apoio digital acessível em cada concelho, e formação assegurada por jovens, reforçando a ligação entre gerações;

- Direito ao atendimento humano e a uma via não-digital nos serviços públicos, para que a modernização tecnológica não se torne uma nova forma de exclusão. A Federação defende que a ninguém possa ser negado um direito por não dominar a tecnologia, assegurando sempre uma alternativa presencial ou telefónica, e criando pontos de apoio acompanhados nas juntas de freguesia e balcões municipais;
- Projetos intergeracionais que aproximem jovens e idosos, valorizando a transmissão de conhecimento e reforçando os laços comunitários;
- Aplicação efetiva e alargada dos critérios de discriminação positiva dos territórios de baixa densidade na distribuição de investimento público, garantido que as majorações já previstas na lei para o interior são reais e não simbólicas – um princípio que a Federação assume, exigindo ao Governo o seu cumprimento em todos os programas nacionais e europeus;
- Uso responsável de dados e inteligência artificial ao serviço da coesão, com a construção progressiva de um observatório social distrital que integra a informação hoje dispersa (saúde, social, demografia, escolar) num painel único, permitindo antecipar necessidades – como sinalizar idosos em risco de isolamento antes da crise – sempre com as garantias de proteção de dados (RGPD), transparência e supervisão humana em qualquer decisão que afete pessoas. A IA deve ser uma ferramenta de proximidade, e não de substituição, simplificando o acesso dos cidadãos aos serviços, sem nunca eliminar o atendimento humano para quem dele precise;
- Garantir que a rede de acolhimento cobre todo o distrito, alargando a Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) aos concelhos que ainda não dispõem de resposta e ligando em rede intermunicipal os que já existem, em articulação com a AIMA, os municípios, IEF, IPSS, escolas e associações locais, para que nenhum migrante do interior fique sem ponto de apoio de proximidade;
- Reforço da capacidade técnica dos municípios para o acolhimento e integração, equipas com competências de integração, mediação intercultural, habitação e ação social, respondendo à fragilidade que o próprio Observatório das Migrações identifica nos concelhos de baixa densidade;
- Programas gratuitos de aprendizagem da língua portuguesa e de educação para a cidadania, aproveitando e alargando a oferta de Português Língua de Acolhimento;
- Habitação digna ligada ao trabalho, articulando a chegada de trabalhadores migrantes aos setores agrícola, dos cuidados e da restauração com soluções de alojamento condignas, de modo a prevenir a sobrelotação, a precariedade e a exploração laboral que se conhecem em territórios de agricultura intensiva;

- Ações de sensibilização para o combate à discriminação, xenofobia e discurso de ódio dirigidas à população em geral, e não apenas aos migrantes, nomeadamente nas escolas e na comunidade;
- Promoção do diálogo intercultural e da participação cívica dos cidadãos migrantes na vida das comunidades, valorizando o movimento associativo e a interculturalidade como fator de coesão e revitalização demográfica do território.

6. Justiça

O acesso à justiça e à proteção é um direito que o interior não pode ver diminuído. Tratando-se sobretudo de competências do Estado central, a Federação assume aqui um papel reivindicativo firme.

A Federação assume como prioridades:

- Concretização da especialização judicial que a Comarca de Portalegre não recebeu, ao contrário de outras comarcas abrangidas pela reforma de 2019, através da criação de secções especializadas:
 - Criação da secção de Família e Menores no Tribunal de Portalegre, assegurando a intervenção de juizes especializados nestas matérias, cuja complexidade e sensibilidade – regulação das responsabilidades parentais, promoção e proteção de menores, adoção – exigem competência própria para decisões justas e adequadas ao superior interesse da criança;
 - criação de um juízo de execução na Comarca de Portalegre, dotando o distrito de uma secção especializada no tratamento dos processos executivos e retirando aos juizes de competência genérica a competência para os processos executivos.
- Conclusão, sem novos atrasos, das obras de remodelação e ampliação do Palácio da Justiça de Portalegre, encerrado desde 2014, garantindo a plena reinstalação de todos os serviços e valências, com mais salas de audiências e acessibilidade assegurada. A Federação assume o compromisso de acompanhar publicamente a execução da empreitada até à sua conclusão;
- Preservação e requalificação de todo o edificado onde funcionam serviços do Ministério da Justiça no distrito - tribunais, DIAP, juizes de competência genérica e de proximidade, conservatórias e serviços de registo-, muitos deles em edifícios antigos e degradados, evitando o abandono e a subutilização do património público da justiça;

- Reforço e cobertura efetiva da rede de apoio à vítima em todo o distrito, em especial de violência doméstica e de género, garantindo que as respostas existentes chegam aos 15 concelhos e não se concentram apenas nas sedes de concelho;
- Literacia jurídica e prevenção de abusos, levando às populações mais isoladas e vulneráveis informação clara sobre os seus direitos e sobre como reagir a burlas, fraudes e situações de exploração, em articulação com as autarquias, as juntas de freguesia e as associações locais.



V.

NOVO IMPULSO TERRITORIAL



Servir o Alto Alentejo

V. Novo Impulso Territorial

O Alto Alentejo enfrenta desafios estruturais que exigem uma nova forma de pensar e construir as políticas públicas para o território. O despovoamento, o envelhecimento demográfico, a dispersão geográfica, a dificuldade de acesso a serviços, a perda de massa crítica e a crescente fragilidade das redes económicas, sociais e institucionais colocam exigências que não podem ser respondidas apenas através de mais investimento ou de novas infraestruturas.

Nas últimas décadas, o território perdeu população, envelheceu e viu reduzir-se parte da sua capacidade de iniciativa, inovação e mobilização coletiva. Apesar dos sinais recentes de estabilização demográfica, impulsionados sobretudo pela chegada de novos residentes, persistem desafios profundos que exigem uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial, capaz de criar condições para fixar população, atrair talento, reforçar os serviços públicos e valorizar os recursos locais.

O Partido Socialista entende que o desenvolvimento territorial não depende exclusivamente da realização de investimentos públicos ou privados. O investimento continua a ser indispensável e o Alto Alentejo necessita de melhores acessibilidades, habitação, serviços públicos, conectividade digital, equipamentos e oportunidades económicas. Contudo, a experiência demonstra que estas condições, por si só, não garantem desenvolvimento duradouro. Entre a disponibilização dos recursos e a transformação efetiva do território existe um trabalho essencial de articulação, participação, cooperação e apropriação pelas comunidades.

É neste contexto que surge o **Novo Impulso Territorial**: uma visão política que coloca o território no centro da ação pública, promovendo uma governação mais próxima das pessoas, mais colaborativa e mais orientada para resultados concretos. O objetivo é reforçar a capacidade coletiva do Alto Alentejo para definir prioridades, mobilizar recursos, preparar projetos, acompanhar investimentos e transformar conhecimento, participação e iniciativa local em desenvolvimento sustentável e coesão territorial.

Esta visão assenta numa ideia simples, mas profundamente transformadora: o desenvolvimento constrói-se com as pessoas e para as pessoas. As populações não devem ser encaradas apenas como destinatárias das políticas públicas, mas como participantes ativos na identificação dos problemas, na definição das prioridades, na construção das soluções e na avaliação dos resultados. A proximidade democrática, a participação cívica e a cooperação entre instituições constituem, por isso, elementos centrais desta estratégia.

Para concretizar esta visão, o Partido Socialista propõe um **Novo Impulso Territorial** assente em sete compromissos estratégicos, que orientam a ação política e estruturam uma nova forma de planear, acompanhar e desenvolver o Alto Alentejo:

- **Laboratório Permanente de Ideias, Conhecimento e Ação Territorial**, como espaço de produção de conhecimento, partilha de boas práticas e apoio à formulação de propostas e projetos para o território;
- **Programa de Animação Territorial nos Quinze Concelhos**, promovendo processos locais de escuta, diagnóstico, participação e mobilização das comunidades em torno das prioridades de cada concelho;
- **Atualização Participada da Agenda Alto Alentejo 2030 do Partido Socialista**, assegurando uma revisão contínua das prioridades estratégicas do território, alinhada com os desafios atuais e com a participação das comunidades;
- **Carta Territorial de Serviços Públicos, Centralidades e Proximidade**, identificando necessidades, desigualdades territoriais e oportunidades de melhoria no acesso aos serviços essenciais;
- **Estratégia Territorial para Habitação, Novos Residentes, Regressos e Pertença**, articulando políticas de habitação, emprego, acolhimento e integração para reforçar a atratividade e a capacidade de fixação de população;
- **Mobilidade de Proximidade e Transporte a Pedido**, promovendo soluções adaptadas às necessidades reais das populações, reforçando o acesso ao emprego, aos cuidados de saúde, à educação, à cultura e aos serviços públicos;
- **Painel Anual de Indicadores Territoriais, Aprendizagem e Prestação de Contas**, permitindo acompanhar a evolução do território, avaliar resultados, reforçar a transparência e fundamentar a ação política com base em evidência.

Estes compromissos constituem a base de uma estratégia territorial integrada, assente no conhecimento, na cooperação, na proximidade e na participação. Mais do que um conjunto de medidas, representam um novo método de intervenção política, capaz de transformar necessidades identificadas pelas comunidades em propostas concretas, projetos estruturantes e resultados verificáveis, reforçando a capacidade coletiva do Alto Alentejo para construir o seu futuro.

1. Planeamento Regional

O Alto Alentejo necessita de um modelo de planeamento regional mais integrado, participativo e orientado para resultados, capaz de responder aos desafios específicos dos territórios de baixa densidade e de transformar conhecimento, cooperação e capacidade de iniciativa em desenvolvimento sustentável.

O Partido Socialista entende que planear o território não se limita a definir investimentos ou a elaborar instrumentos de ordenamento. Significa criar condições para compreender permanentemente a realidade, antecipar desafios, identificar oportunidades e construir respostas articuladas entre as diferentes instituições, valorizando o conhecimento produzido pelas comunidades, pelos autarcas, pelas entidades públicas, pelas empresas e pelas instituições de ensino.

Esta visão exige que o planeamento deixe de ser entendido como um exercício pontual e passe a constituir um processo contínuo de diagnóstico, aprendizagem, participação e avaliação, permitindo adaptar as prioridades, acompanhar os resultados e reforçar a capacidade coletiva do território para responder aos desafios que enfrenta.

Neste contexto, importa consolidar uma estratégia territorial assente em informação atualizada, evidência, cooperação institucional e participação cívica, assegurando que as decisões políticas refletem as necessidades concretas das populações e as especificidades de cada concelho.

O Partido Socialista defende, por isso, um modelo de governação territorial baseado na proximidade, na articulação entre diferentes níveis de decisão e na construção de soluções partilhadas, reforçando a capacidade do Alto Alentejo para preparar projetos, captar investimento, acompanhar a execução das políticas públicas e influenciar as decisões com impacto no território.

Neste âmbito, assume particular importância a criação de estruturas permanentes de conhecimento e acompanhamento, capazes de transformar informação dispersa em propostas concretas de intervenção política. O Laboratório Permanente de Ideias, Conhecimento e Ação Territorial constitui um instrumento central desta estratégia, funcionando como uma rede colaborativa de apoio ao planeamento regional, envolvendo as concelhias, autarcas, eleitos locais, técnicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e outras entidades relevantes. A sua missão consiste em reunir, interpretar e produzir conhecimento sobre as principais dinâmicas territoriais, apoiando a formulação de políticas públicas, a preparação de projetos e a definição de prioridades para o Alto Alentejo.

Paralelamente, importa promover uma atualização participada da Agenda Alto Alentejo 2030 do Partido Socialista, avaliando o grau de concretização das prioridades anteriormente definidas, incorporando os contributos recolhidos nos diferentes concelhos e articulando esta reflexão com os restantes instrumentos estratégicos de desenvolvimento regional. Esta atualização deverá privilegiar prioridades exequíveis, dotadas de responsáveis identificados, de calendário de execução, de indicadores de acompanhamento e de mecanismos regulares de monitorização e de prestação de contas.

O Partido Socialista considera igualmente essencial reforçar a utilização de indicadores territoriais como instrumento permanente de apoio à decisão. A produção regular de informação sobre população, envelhecimento, migrações, habitação, mobilidade, acesso aos serviços públicos, participação cívica e execução das políticas permitirá acompanhar a evolução do território, avaliar os resultados alcançados e fundamentar, de forma transparente, a ação política e as reivindicações junto das diferentes entidades públicas.

Neste sentido, o Partido Socialista compromete-se a:

- Promover um modelo de planeamento regional assente no conhecimento, na participação e na avaliação permanente das políticas públicas;
- Reforçar a articulação entre a Agenda Alto Alentejo 2030 do Partido Socialista, os instrumentos de desenvolvimento regional e as prioridades identificadas pelas comunidades locais;
- Consolidar o Laboratório Permanente de Ideias, Conhecimento e Ação Territorial como estrutura de apoio à reflexão estratégica, à produção de conhecimento e à preparação de propostas para o Alto Alentejo;
- Incentivar processos permanentes de diagnóstico territorial, envolvendo autarquias, instituições de ensino, empresas, associações e cidadãos;
- Promover uma cultura de monitorização, aprendizagem e prestação de contas, recorrendo a indicadores territoriais que permitam acompanhar a evolução das políticas públicas e o impacto das medidas implementadas;
- Reforçar a capacidade do Alto Alentejo para preparar projetos, captar financiamento e influenciar as decisões estratégicas com impacto no desenvolvimento regional.

2. Poder Local e Autarquias

O desenvolvimento do Alto Alentejo exige um poder local forte, próximo das populações e capaz de mobilizar os diferentes atores do território em torno de objetivos comuns. Os municípios e as freguesias constituem os primeiros espaços de contacto entre os cidadãos e a ação pública, desempenhando um papel determinante na identificação das necessidades locais, na construção de soluções e na promoção da coesão territorial.

O Partido Socialista entende que o reforço do poder local não depende apenas da atribuição de competências ou de recursos. Depende igualmente da capacidade de criar processos permanentes de escuta, participação, cooperação e acompanhamento, aproximando a decisão política das comunidades e valorizando o conhecimento produzido nos diferentes concelhos do Alto Alentejo.

Neste contexto, importa reconhecer que os desafios territoriais frequentemente ultrapassam os limites administrativos de cada município. Questões como a mobilidade, o acesso aos serviços públicos, a habitação, a fixação da população, a atração de investimento ou a organização das respostas sociais exigem uma crescente articulação entre municípios, freguesias, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, a Administração Central, instituições de ensino, empresas, associações e cidadãos.

O Novo Impulso Territorial assenta precisamente nesta lógica de governação colaborativa. Não pretende substituir o papel das instituições existentes, mas reforçar a sua capacidade de trabalhar em rede, promovendo uma maior articulação entre diferentes níveis de decisão e favorecendo a construção de respostas partilhadas a problemas comuns.

As concelhias do Partido Socialista assumem, neste processo, um papel central de dinamização política e territorial. Em estreita articulação com os autarcas, os eleitos locais, as estruturas de freguesia e os respetivos pontos focais, deverão promover processos permanentes de diagnóstico, participação e ação, assegurando que as prioridades identificadas pelas comunidades são acompanhadas, transformadas em propostas concretas e integradas na agenda política distrital.

Sempre que existam juntas de freguesia lideradas pelo Partido Socialista, estas deverão ser mobilizadas como espaços privilegiados de proximidade, escuta e experimentação de soluções locais. Nos restantes territórios, as concelhias procurarão desenvolver processos de cooperação institucional e participação comunitária, preservando sempre a abertura, a credibilidade e o carácter inclusivo da estratégia.

Esta visão pressupõe uma cultura política assente na cooperação e na aprendizagem coletiva. Cada concelho possui desafios próprios, mas também experiências, soluções e boas práticas que podem ser partilhadas e adaptadas a outras realidades. O fortalecimento das redes de colaboração entre autarquias, freguesias, instituições e comunidades constitui, por isso, um fator essencial para aumentar a capacidade coletiva do Alto Alentejo responder aos desafios do presente e preparar o futuro.

Neste sentido, o Partido Socialista compromete-se a:

- **Regionalização:** defender de forma intransigente a realização do referendo para regiões administrativas, conforme está expresso na Constituição da República Portuguesa;
- Reforçar a articulação permanente entre a Federação Distrital, as concelhias, os autarcas, os eleitos locais e as estruturas de freguesia, promovendo uma ação política coordenada em todo o Alto Alentejo;
- Promoveremos uma cooperação permanente entre as Federações do Alentejo, concretizando a **realização regular da Cimeira Interfederativa**, prevista no artigo 42.º dos Estatutos do Partido Socialista. Este espaço permitirá reforçar o diálogo político, a concertação de posições e a definição de prioridades estratégicas comuns para a região, complementando-se com iniciativas conjuntas de trabalho, reflexão e partilha de boas práticas;
- Valorizar os municípios e as freguesias como parceiros fundamentais na identificação de necessidades, na mobilização das comunidades e na construção de soluções adaptadas às especificidades de cada território;

- Promover processos locais de diagnóstico, participação e acompanhamento, envolvendo cidadãos, associações, empresas, instituições sociais, escolas e restantes agentes do território;
- Incentivar a cooperação entre os quinze concelhos do Alto Alentejo, favorecendo a partilha de conhecimento, experiências e boas práticas sempre que existam desafios comuns;
- Reforçar os mecanismos de articulação institucional com a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo e com as restantes entidades públicas e privadas com intervenção no território;
- Acompanhar, de forma sistemática, as prioridades identificadas pelas comunidades locais, promovendo a sua integração na agenda política distrital e defendendo a sua concretização junto das entidades competentes.

O Partido Socialista acredita que um território mais coeso, participado e capaz de construir respostas coletivas é também um território mais forte, mais resiliente e mais preparado para enfrentar os desafios do futuro. Reforçar o poder local significa, por isso, reforçar a capacidade das comunidades para decidir, cooperar e construir o desenvolvimento do Alto Alentejo de forma partilhada.

3. Habitação

O acesso à habitação constitui uma condição essencial para que ficar, regressar ou escolher viver no Alto Alentejo represente uma opção viável, digna e duradoura. Contudo, o Partido Socialista entende que a resposta aos desafios habitacionais não pode limitar-se ao aumento da oferta de habitação ou à reabilitação do edificado. Exige uma abordagem territorial integrada, capaz de articular habitação, emprego, serviços públicos, acolhimento, participação e integração comunitária, reconhecendo que estes fatores se reforçam mutuamente e condicionam a capacidade de atrair e fixar população.

Esta estratégia deverá partir do conhecimento aprofundado da realidade de cada concelho. Para esse efeito, importa promover diagnósticos participados que permitam identificar a habitação disponível, as condições do mercado de arrendamento, o potencial de reabilitação urbana, a existência de fogos devolutos e as necessidades específicas de diferentes grupos da população, designadamente trabalhadores essenciais, jovens famílias, estudantes, regressados, migrantes e outros novos residentes.

O Partido Socialista considera igualmente fundamental desenvolver respostas de acolhimento e mediação territorial que facilitem a integração de quem escolhe viver no Alto Alentejo. A chegada de novos residentes deve traduzir-se numa verdadeira integração na comunidade, promovendo a ligação aos serviços públicos, às escolas, às associações locais, às oportunidades profissionais e aos projetos comunitários existentes em cada território.

Neste processo, os residentes de diferentes nacionalidades e percursos de vida devem participar ativamente na construção das comunidades, evitando que sejam encarados apenas como destinatários de políticas de apoio.

A estratégia deverá ainda acompanhar a evolução demográfica do território, distinguindo a população residente total, a população de nacionalidade portuguesa e estrangeira, os saldos migratórios e a informação censitária relativa à residência anterior, evitando leituras simplificadas da realidade demográfica e reconhecendo que a nacionalidade não constitui, por si só, um indicador de chegada recente ao território.

Neste sentido, o Partido Socialista compromete-se a:

- Promover diagnósticos concelhios participados sobre habitação, arrendamento, reabilitação urbana e fixação de população;
- Identificar os principais obstáculos ao acesso à habitação, à permanência e à integração dos diferentes grupos populacionais;
- Valorizar o património edificado existente e incentivar soluções de reabilitação e arrendamento ajustadas às necessidades locais;
- Desenvolver propostas de acolhimento, mediação e integração que aproximem novos residentes dos serviços públicos, das escolas, das associações, das empresas e da vida comunitária;
- Promover a participação ativa de novos residentes, regressados e pessoas de diferentes nacionalidades nos processos de dinamização territorial e de construção das comunidades locais;
- Acompanhar a evolução demográfica e os processos de integração, avaliando a capacidade do território de fixar população, promover a permanência voluntária e reforçar o sentimento de pertença às comunidades.

4. Dinamização e Animação Territorial

O Partido Socialista entende a animação territorial como um método permanente de ação política, orientado a escutar, ligar, mobilizar, acompanhar e transformar prioridades locais em propostas concretas e resultados verificáveis. Mais do que um conjunto de iniciativas pontuais, constitui uma forma de construir políticas públicas a partir do território, reforçando a capacidade das comunidades para identificar problemas, mobilizar recursos, cooperar e participar na definição do seu próprio desenvolvimento.

Esta estratégia assenta na convicção de que o desenvolvimento territorial depende da participação ativa das pessoas e das instituições locais. As soluções mais eficazes constroem-se a partir do conhecimento das comunidades, da cooperação entre diferentes atores e da valorização das experiências e capacidades existentes em cada concelho.

Neste contexto, o Partido Socialista promoverá processos permanentes de dinamização territorial nos quinze concelhos do Alto Alentejo, envolvendo concelhias, autarcas, eleitos locais, freguesias, instituições públicas, empresas, associações, escolas, IPSS, coletividades e cidadãos, através de uma metodologia comum, suficientemente flexível para respeitar as especificidades de cada território.

Cada processo deverá desenvolver-se de forma progressiva, integrando momentos de preparação, escuta territorial, identificação de necessidades e recursos, realização de fóruns locais, definição de prioridades de ação, desenvolvimento de experiências demonstradoras e avaliação pública dos resultados alcançados. O objetivo consiste em transformar as necessidades identificadas pelas comunidades em agendas locais de intervenção, apoiadas em propostas concretas e em processos de acompanhamento contínuo.

As juntas de freguesia, sempre que existam condições para tal, deverão constituir espaços privilegiados de proximidade, escuta e experimentação, reforçando a ligação entre os cidadãos e a ação pública. Nos restantes territórios, serão promovidas formas de cooperação institucional e de participação comunitária que preservem a abertura, a credibilidade e o carácter inclusivo do processo.

A dinamização territorial deverá envolver diferentes gerações, diferentes setores de atividade e diferentes percursos de vida, valorizando igualmente a participação de novos residentes, regressados e cidadãos de outras nacionalidades, reconhecendo que o desenvolvimento do Alto Alentejo depende da capacidade de integrar diferentes experiências e construir comunidades mais coesas e participativas.

O Partido Socialista considera igualmente fundamental criar mecanismos permanentes de aprendizagem coletiva, permitindo que o conhecimento produzido num concelho seja partilhado e adaptado noutros territórios. A circulação de boas práticas, a cooperação entre comunidades e a avaliação sistemática dos processos constituem fatores essenciais para reforçar a capacidade coletiva do Alto Alentejo enfrentar os seus desafios e aproveitar as suas oportunidades.

Neste sentido, o Partido Socialista compromete-se a:

- Promover processos permanentes de animação territorial nos quinze concelhos do Alto Alentejo, envolvendo comunidades, instituições e agentes locais na identificação de prioridades e na construção de soluções;
- Incentivar metodologias de diagnóstico participado, escuta territorial e cooperação institucional, adaptadas às especificidades de cada concelho;
- Valorizar as freguesias como espaços privilegiados de proximidade, participação e experimentação de soluções locais;
- Apoiar a preparação de agendas locais de intervenção, assentes em prioridades identificadas pelas próprias comunidades;
- Promover experiências demonstradoras que permitam testar soluções inovadoras para problemas concretos do território;

- Incentivar a partilha de conhecimento, de boas práticas e de aprendizagens entre os diferentes concelhos do Alto Alentejo;
- Acompanhar e avaliar regularmente os processos de dinamização territorial, reforçando uma cultura de aprendizagem contínua, de participação e de prestação de contas.

5. Comunicação Social de Proximidade

O Partido Socialista reconhece a comunicação social local e regional como uma infraestrutura democrática e de coesão territorial. Num território de baixa densidade como o Alto Alentejo, a imprensa e os restantes órgãos de comunicação de proximidade desempenham um papel essencial na informação dos cidadãos, na valorização das comunidades, na promoção da participação cívica e na construção de uma identidade territorial partilhada. Contudo, este ecossistema enfrenta desafios significativos decorrentes da baixa densidade populacional, do envelhecimento dos públicos, da redução das receitas publicitárias, da transição digital e da limitada dimensão dos mercados locais.

O Partido Socialista entende que não lhe compete dirigir o setor nem substituir as entidades com responsabilidades próprias. Compete-lhe, sim, colocar esta realidade na agenda política, promover a auscultação junto dos órgãos de comunicação social, aproximar os diferentes atores e organizar a representação das prioridades identificadas pelo setor, respeitando integralmente a sua autonomia e independência editorial.

Neste sentido, o Partido Socialista promoverá a constituição de um **Pacto Territorial para a Comunicação Social de Proximidade**, de natureza plural, suprapartidária e autónoma, envolvendo órgãos de comunicação social, profissionais, autarquias, instituições públicas e restantes entidades relevantes. Este processo deverá permitir identificar prioridades comuns, reforçar a sustentabilidade da imprensa de proximidade, promover maior transparência na publicidade institucional, incentivar a formação de novos leitores e valorizar a comunicação social regional enquanto instrumento de cidadania, proximidade e desenvolvimento territorial.

Compromissos para os Primeiros 100 dias de Mandato

Nos primeiros 100 dias de mandato, a Federação Distrital do Partido Socialista do Alto Alentejo compromete-se a:

- **Dar início à concretização de duas das Cinco Novas Ideias para o Alto Alentejo**, mobilizando os parceiros institucionais e territoriais necessários à sua implementação;
- **Apresentar uma proposta estruturada para a valorização da Linha do Leste**, afirmando-a como prioridade estratégica para a mobilidade, a competitividade económica e a ligação do Alto Alentejo aos principais corredores ferroviários nacionais e ibéricos;
- **Assegurar o pleno funcionamento de todos os órgãos da Federação**, garantindo uma estrutura interna organizada, participativa, próxima das concelhias, dos autarcas e dos militantes;
- **Implementar um modelo permanente de coordenação da agenda intermunicipal**, reforçando a articulação entre os 15 concelhos e acompanhando os principais projetos estratégicos do Alto Alentejo;
- **Promover um debate estratégico sobre o posicionamento do Alto Alentejo no próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia (2028–2034)**, envolvendo autarquias, instituições, empresas, academia, parceiros sociais e sociedade civil, com vista à construção de uma posição concertada para a região.

Um compromisso de proximidade e de prestação de contas

O cumprimento desta Moção será acompanhado de forma regular, através da monitorização dos compromissos assumidos, da avaliação dos resultados alcançados e da prestação pública de contas perante os militantes, os autarcas e todos os cidadãos do Alto Alentejo.

O Partido Socialista acredita que a confiança se conquista através da ação, da proximidade e da capacidade de concretizar. É esse o compromisso que assumimos: trabalhar diariamente para construir um Alto Alentejo mais coeso, mais competitivo, mais sustentável e mais justo, colocando sempre as pessoas e o território no centro da ação política.